

ENTRE PONTES E POSSIBILIDADES: A PSICOPEDAGOGIA NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA**BETWEEN BRIDGES AND POSSIBILITIES: PSYCHOPEDAGOGY IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-044>**Josean Santos Nascimento**

Mestrando em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT). Bolsista PROSUP/CAPES. Especialista em Ciências da Natureza, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho (UFPI). Graduado em Ciências Biológicas - Licenciatura (UNIT). Integrante do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (GPHPE/PPED/UNIT/CNPq).

E-mail: josean.santos@souunit.com.brORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8882-4802>**Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar a intervenção psicopedagógica como estratégia essencial para a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. Considerando que a legislação brasileira garante o direito à escolarização inclusiva, mas que persistem lacunas entre o discurso normativo e a efetividade prática, busca-se compreender em que medida a atuação psicopedagógica contribui para a superação das barreiras que dificultam o acesso, a permanência e a aprendizagem desses estudantes. O estudo fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos da educação inclusiva e da psicopedagogia, com destaque para Mantoan (2006), Bossa (2018), Gomes e Mendes (2019) e Oliveira e Nogueira (2022), organizando a discussão em quatro categorias analíticas: adaptação curricular e metodológica; desenvolvimento cognitivo e socioemocional; mediação escola-família-comunidade; e formação docente. Os resultados indicam que a intervenção psicopedagógica atua de forma multidimensional, incidindo não apenas sobre o aluno, mas sobre toda a estrutura escolar, promovendo não somente o suporte individual, mas a transformação institucional. Conclui-se que, para além de um recurso complementar, a psicopedagogia constitui eixo estruturante da inclusão no contexto do TEA, configurando-se como elemento indispensável para uma escola efetivamente democrática.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Intervenção Psicopedagógica; TEA.

Abstract

This article aims to analyze psychopedagogical intervention as an essential strategy for the school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), based on a qualitative literature review. Considering that Brazilian legislation guarantees the right to inclusive schooling, but that gaps persist between normative discourse and practical effectiveness, the study seeks to understand the extent to which psychopedagogical action contributes to overcoming barriers that hinder access, permanence, and learning for these students. The study is grounded in classical and contemporary authors of inclusive education and psychopedagogy, with emphasis on Mantoan (2006), Bossa (2018), Gomes and Mendes (2019), and Oliveira and Nogueira (2022), organizing the discussion into four analytical categories: curricular and methodological adaptation; cognitive and socioemotional development; school-family-community mediation; and teacher training. The results indicate that psychopedagogical intervention operates in a multidimensional way, impacting not only the student but the entire school structure, promoting not only individual support but also institutional transformation. It is concluded that, beyond being a complementary resource, psychopedagogy constitutes a structuring axis of inclusion in the context of ASD, establishing itself as an indispensable element for a truly democratic school.

Keywords: ASD; Inclusive Education; Psychopedagogical Intervention.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) configura-se como uma das demandas mais complexas e desafiadoras no campo das políticas educacionais contemporâneas. Embora o arcabouço legal brasileiro, em especial a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), assegure o direito ao acesso e à permanência em escolas regulares, a efetividade dessa inclusão ainda esbarra em lacunas estruturais, pedagógicas e formativas. Conforme salientam Carvalho (2019) e Silva e Andrade (2021), o reconhecimento legal não implica, por si só, em inclusão real, pois esta depende da existência de práticas pedagógicas consistentes, de profissionais capacitados e de condições institucionais que favoreçam a diversidade como princípio organizador do fazer educativo.

No âmbito da educação inclusiva, autores como Mantoan (2006) e Mittler (2003) defendem que a inclusão não se limita à matrícula, mas se estabelece no campo das relações pedagógicas e das interações simbólicas, exigindo que a escola se reorganize para acolher diferentes formas de aprender, comunicar e interagir. No caso específico do TEA, caracterizado por alterações na comunicação, nas interações sociais e na flexibilidade comportamental (APA, 2014), tais reorganizações tornam-se ainda mais urgentes, uma

vez que a lógica padronizada e homogênea do ensino tradicional frequentemente inviabiliza o desenvolvimento pleno desses estudantes.

É nesse cenário que a psicopedagogia emerge como campo de saber e prática com potencial estratégico para a efetivação da inclusão. Por sua natureza interdisciplinar, articulando conhecimentos da pedagogia, psicologia, neurociências e linguística (Bossa, 2018), a intervenção psicopedagógica não se restringe ao diagnóstico de dificuldades, mas investiga as condições subjetivas, cognitivas e contextuais que interferem nos processos de aprendizagem. Na perspectiva de Weiss (2012), o psicopedagogo atua como mediador das relações educativas, identificando barreiras, propondo estratégias e articulando ações entre escola, família e demais profissionais envolvidos. Assim, sua atuação extrapola o âmbito clínico individual, assumindo dimensão institucional e preventiva.

A literatura recente reforça a importância desta atuação na inclusão de alunos com TEA. Estudos como os de Gomes e Mendes (2019) e Oliveira e Nogueira (2022) evidenciam que a presença do psicopedagogo na escola favorece a elaboração de adaptações curriculares, auxilia a formação docente e contribui para a criação de ambientes mais estruturados e responsivos às necessidades específicas desses estudantes. No entanto, apesar do crescente reconhecimento desse papel, ainda são escassas as pesquisas que problematizam de forma sistemática *como e em que medida* a intervenção psicopedagógica impacta a efetividade da inclusão escolar nesse contexto.

Nesse sentido, este artigo busca responder à seguinte questão: de que forma a intervenção psicopedagógica pode ser compreendida como estratégia estruturante para a inclusão escolar de alunos com TEA? Para tanto, realiza-se uma revisão bibliográfica de caráter analítico-interpretativo, com o objetivo de discutir as principais contribuições da psicopedagogia nesse processo, sistematizando-as em categorias teóricas.

A relevância desta investigação reside na necessidade de tensionar o discurso da inclusão, frequentemente apropriado pelas políticas públicas como retórica institucional, mas nem sempre fundamentado em práticas pedagógicas efetivas. Ao discutir a intervenção psicopedagógica sob uma perspectiva crítica e integradora, busca-se contribuir para o fortalecimento de uma escola que reconheça a neurodiversidade como elemento constitutivo e não como exceção a ser administrada.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter analítico-interpretativo. Conforme destaca Gil (2019), a revisão bibliográfica não se restringe à simples descrição de conteúdos já publicados, mas implica um movimento sistemático de identificação, seleção, organização e interpretação crítica das produções científicas pertinentes ao tema, com a finalidade de produzir novas sínteses e tensionamentos conceituais.

Optou-se por um modelo de revisão bibliográfica, com elementos de revisão integrativa, dado que se buscou articular autores clássicos da psicopedagogia e educação inclusiva (como Mantoan, 2006; Mittler, 2003; Bossa, 2018) com produções mais recentes, especialmente publicadas entre 2014 e 2023, de modo a garantir atualização teórica e relevância contemporânea à discussão. A abordagem qualitativa justifica-se pelo objetivo de compreender os sentidos atribuídos ao papel da intervenção psicopedagógica no contexto do TEA, privilegiando interpretações contextuais e não quantificações estatísticas (Flick, 2009; Minayo, 2016).

Foram consultadas as seguintes bases de dados: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*); *Google Scholar*; ERIC (*Education Resources Information Center*); Periódicos CAPES e Revistas especializadas em Educação Especial, Psicopedagogia e Inclusão Escolar. Além disso, foram utilizados documentos legais e normativos, como a Lei nº 12.764/2012, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), por compreender que o campo inclusivo se constitui também na relação entre discurso legal e prática pedagógica.

Utilizaram-se os seguintes critérios de inclusão:

- Produções que abordassem a intervenção psicopedagógica no contexto da educação inclusiva;
- Estudos especificamente relacionados ao TEA ou com discussões aplicáveis ao espectro;
- Publicações entre 2003 e 2023, dando ênfase aos últimos 10 anos;
- Textos com relevância teórica reconhecida ou publicados em periódicos avaliados por pares.

Após a seleção dos materiais, realizou-se uma análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2016), organizada em três etapas: Leitura exploratória e organização do corpus; Codificação em unidades temáticas recorrentes; Agrupamento das categorias em eixos analíticos, que sustentaram a discussão dos resultados.

Desse processo emergiram as quatro categorias discutidas na seção de resultados: (a) adaptação curricular e metodológica; (b) desenvolvimento cognitivo e socioemocional; (c) mediação escola-família-comunidade; (d) formação docente e suporte institucional.

Reconhece-se que, por se tratar de revisão bibliográfica, os resultados se limitam às produções analisadas e não permitem generalizações empíricas. No entanto, essa limitação é compensada pela amplitude teórica do levantamento, que possibilita uma leitura crítica e sistematizada do estado da arte sobre o tema.

3 A PSICOPEDAGOGIA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE ESTUDANTES COM TEA

A análise bibliográfica realizada permitiu identificar quatro eixos centrais que estruturam a atuação da intervenção psicopedagógica na inclusão escolar de alunos com TEA. Esses eixos emergiram com

recorrência nas produções analisadas, configurando-se como categorias analíticas fundamentais para compreender como a psicopedagogia se articula à prática inclusiva.

Tabela 1: Eixos centrais da intervenção psicopedagógica

Categoria Analítica	Dimensão de Atuação	Principais Contribuições Identificadas	Autores de Referência
Adaptação curricular e metodológica	Planejamento pedagógico	Individualização do ensino; flexibilidade avaliativa; uso de recursos visuais	Oliveira & Nogueira (2022); Gomes & Mendes (2019)
Desenvolvimento cognitivo e socioemocional	Estímulo às funções executivas e linguagem	Promoção da atenção, memória, autonomia e interação social	Rodrigues & Fernandes (2020); APA (2014)
Mediação escola-família-comunidade	Relações interpessoais e institucionais	Coerência entre estratégias escolares e familiares; suporte emocional	Bossa (2018); Weiss (2012)
Formação docente e suporte institucional	Apoio pedagógico e institucional	Redução de resistências docentes; criação de cultura inclusiva	Silva & Andrade (2021); Carvalho (2019)

Fonte: Autoria própria, 2025.

A primeira categoria evidencia que a intervenção psicopedagógica atua como mediadora entre o currículo e a singularidade do aluno com TEA. Enquanto o currículo tradicional é estruturado sob uma lógica homogênea e sequencial, o TEA exige ruptura com essa linearidade, demandando múltiplas formas de acesso ao conhecimento.

Autores como Gomes e Mendes (2019) e Oliveira e Nogueira (2022) mostram que a presença do psicopedagogo facilita a elaboração de Planos Educacionais Individualizados (PEI), garantindo que os objetivos escolares sejam alcançados por rotas alternativas. Essa flexibilização não implica “redução de conteúdo”, mas ressignificação curricular, em consonância com a perspectiva defendida por Mantoan (2006), segundo a qual incluir não é adaptar o aluno à escola, mas adaptar a escola ao aluno.

Adicionalmente, nota-se que a intervenção psicopedagógica promove variações metodológicas estruturadas, como uso de: Suportes visuais (rotinas, pictogramas, fluxogramas); Estratégias de antecipação e previsibilidade para reduzir ansiedade; Atividades lúdicas e manipuláveis, que favorecem a aprendizagem concreta. Essa dimensão pedagógica rompe com o modelo transmissivo e abre espaço para uma pedagogia da mediação, em oposição à pedagogia da exposição.

A segunda categoria destaca que a intervenção psicopedagógica não se restringe à dimensão cognitiva, mas atua de forma integrada nos domínios emocional, relacional e comportamental. Conforme aponta Rodrigues e Fernandes (2020), o papel do psicopedagogo é estimular funções executivas essenciais.

Tabela 2 – Funções executivas essenciais da intervenção psicopedagógica

Função Executiva	Importância para o TEA	Estratégias psicopedagógicas associadas
Atenção seletiva e sustentada	Foco em tarefas e redução de dispersão	Jogos de regras e atividades gradativas
Memória de trabalho	Retenção e manipulação de informações	Sequências visuais e repetição funcional
Planejamento e organização	Antecipação e execução de tarefas	Rotinas estruturadas e agendas visuais
Autorregulação emocional	Controle de frustrações e comportamentos	Técnicas de respiração e contagem progressiva

Fonte: Autoria própria, 2025.

Essa atuação evidencia que o psicopedagogo opera como facilitador da autonomia, contribuindo para que o aluno desenvolva competências autorregulativas que extrapolam o contexto escolar e impactam a vida cotidiana. A literatura aponta que a inclusão é frequentemente comprometida pela descontinuidade entre práticas escolares e familiares. Nesse sentido, a psicopedagogia atua como ponte relacional, evitando que a criança vivencie mensagens educativas contraditórias.

Weiss (2012) defende que o psicopedagogo, ao orientar a família e dialogar com os docentes, cria coerência pedagógica entre ambientes, o que potencializa a aprendizagem. Bossa (2018) reforça que essa mediação impede que o aluno seja responsabilizado individualmente por dificuldades que, na verdade, emergem de falhas no sistema relacional. Portanto, a intervenção psicopedagógica assume uma função institucional e preventiva, ajudando a construir um ecossistema inclusivo, e não apenas intervenções pontuais.

A última categoria evidencia que a inclusão não se efetiva apenas com recursos ou boa vontade, mas com formação crítica e acompanhamento contínuo dos professores. Silva e Andrade (2021) afirmam que muitos docentes se sentem inseguros ou despreparados para atuar com alunos com TEA, o que gera resistências veladas, como delegação do aluno à sala de recursos ou responsabilização da família.

Nesse cenário, o psicopedagogo atua como formador em serviço, oferecendo subsídios teóricos e práticos e ajudando a transformar o fazer docente. Carvalho (2019) destaca que essa formação não deve ser pontual, mas processual e reflexiva, permitindo que os professores ressignifiquem concepções sobre aprendizagem, comportamento e diversidade.

A análise das quatro categorias revela que a intervenção psicopedagógica não atua de maneira pontual ou fragmentada, mas mobiliza dimensões simultaneamente didáticas, cognitivas, afetivas e institucionais. Tal constatação permite afirmar que a psicopedagogia, nesse contexto, não deve ser compreendida como apoio periférico, mas como componente central da construção de práticas inclusivas.

Ao promover adaptações curriculares, o psicopedagogo rompe com o princípio da homogeneização pedagógica, revelando que a igualdade de direitos não pressupõe uniformidade de tratamento, mas equidade

na oferta de recursos. Assim, desloca-se de uma concepção de inclusão baseada no “acolhimento” para uma inclusão baseada na intencionalidade pedagógica.

No campo do desenvolvimento cognitivo e socioemocional, a intervenção psicopedagógica evidencia que o processo de aprender é inseparável do processo de sentir-se capaz. Ao estimular funções executivas e promover experiências de sucesso, o psicopedagogo opera na dimensão da construção da imagem de si enquanto sujeito aprendente, aspecto frequentemente negligenciado nas abordagens exclusivamente instrucionais.

A mediação escola-família revela a superação da lógica da culpabilização individual. Ao integrar os agentes educativos, a psicopedagogia estabelece um pacto relacional, mostrando que as dificuldades não pertencem ao aluno isoladamente, mas emergem de interações assimétricas entre contextos. Essa perspectiva aproxima-se da concepção de Vygotsky (1991), segundo a qual o desenvolvimento não é atributo interno do indivíduo, mas processo co-construído na relação com o outro.

Por fim, ao intervir na formação docente, a psicopedagogia desloca o professor de uma posição de executor para uma posição de pesquisador da prática, promovendo o que Schön (2000) denomina de profissional reflexivo. A inclusão, nesse sentido, deixa de ser tarefa assistencial para tornar-se problema epistemológico e compromisso ético-político.

4 CONCLUSÃO

A presente revisão bibliográfica permitiu sistematizar e problematizar as contribuições da intervenção psicopedagógica no processo de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os resultados evidenciaram que tal intervenção não atua apenas como suporte pontual, mas como componente estruturante da inclusão, na medida em que incide simultaneamente sobre dimensões curriculares, cognitivas, afetivas e institucionais.

A análise revelou que reduzir a intervenção psicopedagógica a um atendimento individualizado seria negligenciar sua potência transformadora no âmbito coletivo da escola. Ao favorecer práticas de flexibilização curricular, promover o desenvolvimento de funções executivas e socioemocionais, estabelecer mediação qualificada entre escola e família e apoiar a formação docente, a psicopedagogia opera como dispositivo de reorganização da cultura escolar, deslocando a inclusão do campo da retórica para o campo da efetividade pedagógica.

Contudo, é necessário reconhecer que persistem tensões e limites. Ainda que a presença do psicopedagogo seja cada vez mais reconhecida nas escolas, sua atuação nem sempre é compreendida em sua dimensão institucional. Em muitos contextos, a psicopedagogia permanece restrita a ações remediativas, acionadas apenas diante do “fracasso escolar”. Tal perspectiva precisa ser superada em favor

de uma psicopedagogia preventiva e propositiva, que não atua à margem do processo educativo, mas no centro das decisões pedagógicas.

Indica-se como caminhos para pesquisas futuras a realização de estudos empíricos em contextos escolares reais, capazes de analisar como diferentes modelos de intervenção psicopedagógica impactam, de forma mensurável e qualitativa, o desempenho acadêmico, o comportamento socioemocional e a dinâmica institucional em salas inclusivas. Tais estudos são fundamentais para consolidar a psicopedagogia não apenas como campo teórico, mas como referência epistemológica e política para a construção de uma educação verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOSSA, Nádia Aparecida. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Camila; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão de alunos com TEA: práticas pedagógicas e desafios escolares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 25, n. 1, p. 55-70, jan./mar. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Aline; NOGUEIRA, Fabíola. Estratégias inclusivas e adaptações curriculares para alunos com TEA. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, v. 39, p. 223-240, 2022.

RODRIGUES, Aline; FERNANDES, Luciana. A intervenção psicopedagógica como mediadora do processo inclusivo. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 37, n. 113, p. 45-56, 2020.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Fernanda; ANDRADE, Juliana. Formação docente e inclusão de alunos com TEA: desafios e possibilidades. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, p. 141-160, 2021.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEISS, Maria Lúcia. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 15. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2012.